



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 14M1

Educação



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a

resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras,

- 110 mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo.
- (B) explicativo.
- (C) alternativo.
- (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas-data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas-data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de ausência, sem justificativa adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- | | |
|---------------|----------------|
| (A) cassação | (B) caducidade |
| (C) nulidade | (D) conversão |
| (E) revogação | |

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública**36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico

41

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

25 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**51**

Segundo Candau (2001), há uma abrangência grande do que se poderia caracterizar como violência. Pode-se considerar violência desde uma agressão física ou a criminalidade até uma pressão psicológica ou uma transgressão moral. As diferentes manifestações de violência no espaço escolar podem advir da interferência de grupos externos, da violência familiar, podem ser relativas quanto à depredação, brigas, agressões, roubos e furtos.

Quanto à depredação no ambiente escolar podemos localizá-la em, pelo menos, duas ordens de motivações:

- I. A primeira diz respeito ao "prazer estético". O estado de abandono e de precariedade dos prédios, o mobiliário destruído, os banheiros sem condições de uso, as pichações fazem com que os espaços fiquem desvalorizados e se tornem fonte de *stress*, impossibilitando uma convivência saudável com o mesmo. A segunda relaciona-se com a descrença com o bem público, fazendo com que o mesmo seja além de maltratado, mal conservado, constituindo-se esta atitude também uma forma de violência.
- II. A primeira refere-se ao fato dos estudantes não reconhecerem em seus professores a autoridade devida para que tratem do espaço da sala de aula, bem como dos companheiros e demais membros da comunidade. A segunda diz respeito ao fator tempo na escola. Escolas de tempo integral tendem a ter mais ordem e menos violência entre os estudantes e professores.
- III. A primeira tangencia o papel do estado, uma vez que o mesmo não se responsabiliza pelo funcionamento dos espaços de maneira devida. Os estudantes e professores se rebelam quanto a esse aspecto e ambos não tratam dos ambientes escolares da forma devida. A segunda motivação reside no fato da falta de verba pública para que os espaços públicos tornem-se agradáveis e limpos.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se apenas a afirmativa II for verdadeira.
- (C) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (D) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

52

A educação profissional não pode ser concebida como uma modalidade de ensino médio

PORQUE

Deve constituir-se em educação continuada, que perpassa toda a vida do trabalhador.

A respeito do enunciado acima é correto afirmar que

- (A) ambas as afirmativas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (B) a primeira afirmativa é verdadeira, e a segunda é falsa.
- (C) a primeira afirmativa é falsa, e a segunda é verdadeira.
- (D) ambas as afirmativas são falsas.
- (E) ambas as afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

53

Em 1996, a LDB sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade. Este se tornou meta da educação nacional pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o PNE. A Lei nº. 11.274 instituiu, em 2006, que o Ensino Fundamental passaria a ter nove anos de duração e, para isso, teria que incluir as crianças de 6 anos de idade. Segundo dados do MEC/INEP de 2009, o Ensino Fundamental de nove anos está sendo implantado em todas as unidades da federação, em diferentes ritmos; porém, 59% da matrícula desta etapa já correspondem a essa realidade.

Qual a justificativa para a implantação do ensino fundamental de nove anos no Brasil?

- (A) Incentivar a flexibilidade da organização do Ensino Fundamental, conforme estabelece a LDB em seu artigo 23 no que diz respeito à adoção de ciclos, períodos semestrais, grupos não seriados, com base na idade, competência e outros critérios.
- (B) Incorporar as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil gradativamente ao ensino fundamental a fim de garantir nas propostas pedagógicas, práticas que atendam os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivolinguísticos e sociais da criança.
- (C) Motivar paulatinamente a incorporação dos profissionais da educação infantil ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, instituído pela Lei nº 11.738/2008.
- (D) Oferecer às crianças de seis anos os conteúdos e as atividades tradicionais da antiga 1ª série, a fim de conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos para o ensino fundamental em nove anos.
- (E) Oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade. (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental)

54

As afirmações abaixo dizem respeito às políticas de avaliação de larga escala implementadas pelo Ministério da Educação/MEC.

- I. As análises realizadas a partir dos resultados da Prova Brasil permitem perceber, além do desempenho dos estudantes, aspectos existentes no contexto do cotidiano escolar.
- II. As avaliações realizadas nos testes de larga escala permitem comparação e apresentam dados que podem ser medidos e quantificados.
- III. Podemos dizer que os instrumentos de avaliação utilizados nos exames standardizados são definidos a partir da concepção de avaliação formativa.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se apenas a afirmativa II for verdadeira.
- (C) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (D) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (E) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.

55

O decreto do executivo 7.480/2011 aprova a estrutura regimental do Ministério da Educação e, em seu capítulo 1, art. 1º, determina ser da competência desse órgão da administração federal direta, os seguintes assuntos:

- I. política nacional de educação;
- II. educação infantil;
- III. educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;
- IV. avaliação, informação e pesquisa educacional;
- V. pesquisa e extensão universitária;
- VI. magistério; e
- VII. assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I, II e III forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas III, IV e V forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas V, VI e VII forem verdadeiras.
- (D) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

56

O Fundeb – criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, inicialmente regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006 e, posteriormente, convertido na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – é um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada estado, e, diferentemente do Fundef (seu antecessor), deverá ter seus recursos destinados à educação básica pública, sendo que:

- (A) pelo menos, 60% do seu total anual deverá ser canalizado para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública (art. 22)
- (B) no máximo, 30% de seu total deverá estar a serviço da merenda escolar, do transporte escolar e do Programa Dinheiro Direto na escola (PDDE).
- (C) o valor mínimo nacional por aluno/ano (R\$ 522,05 em 2011) deverá ser complementado a cada estado, ou ao Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com recursos dos próprios governos.
- (D) 40% de seus recursos são repassados diretamente às redes de educação pública municipais e estaduais quando o número de matrículas exceder o número do ano anterior.
- (E) para a formação do fundo é necessário atingir o patamar de 40% provenientes do governo federal e impostos e transferências dos estados e distrito federal.

57

O financiamento da educação se faz associar, inicialmente, à vinculação constitucional de recursos, disposta no art. 212 da Carta de 1988. No entanto, se, por um lado, a vinculação apresenta dentre seus aspectos positivos a determinação de um percentual mínimo de recursos a ser investido na educação pública, por outro, limita suas possibilidades de financiamento à receita da instância a que está associada. Nesse sentido, o governo federal, buscando diminuir as desigualdades no âmbito de cada estado, instituiu uma política de financiamento da educação que têm por base a redistribuição de alguns impostos entre os governos municipais e o governo estadual de um mesmo estado (em alguns casos, com complementação de recursos, por parte da União) denominada:

- (A) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- (B) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
- (C) Fundo de Financiamento estudantil (FIES)
- (D) Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação
- (E) Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime)

58

Dentre as políticas do Ministério da Educação vinculadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação está o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos estudantes de:

- (A) magistério de nível médio de escolas públicas estaduais e municipais para atuar em escolas urbanas de baixo IDEB.
- (B) bacharelado que pretendem atuar nas escolas de educação pública e privada no meio rural.
- (C) pós-graduações a distância e presenciais em educação para atuar nas instituições públicas federais de ensino superior.
- (D) licenciatura que já atuam em escolas públicas e privadas do ensino fundamental
- (E) graduação presenciais que se comprometam com o exercício do magistério na rede pública.

59

Tem sido prioridade do Ministério da Educação assegurar a qualidade da formação dos professores que já atuam ou que atuarão nas escolas públicas. A Política Nacional de Formação de Professores tem como objetivo expandir a oferta e melhorar os cursos de formação. A Lei nº 11.502, de julho de 2007, atribui a responsabilidade pela formação de professores da educação básica à:

- (A) Universidade Aberta do Brasil (UAB)
- (B) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
- (C) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- (D) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- (E) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

60

Anísio Teixeira, em seu livro, *Educação não é privilégio*, fruto de conferência feita em 1953, na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, expressa o ideal educacional defendido por ele. O pensamento educacional brasileiro é marcado, à época, pelo ideário pedagógico de pensadores como Anísio Teixeira.

No referido livro, Anísio escreve:

Tudo estaria, talvez, bem, se efetivamente não visássemos à formação de todos os brasileiros para os diversos níveis de ocupação de uma democracia moderna, mas tão-somente à seleção de um mandarinato das letras, das ciências e das técnicas. (p.64)

No trecho acima, Anísio exemplifica um ideal expresso no manifesto, qual seja:

- (A) uma educação comum, igual para todos, em que todas as crianças, de 7 a 15 anos, frequentem a escola pública.
- (B) uma escola que proporcione um ensino disciplinar: nas letras, nas ciências, como a matemática e a física.
- (C) uma educação pública com uma escola única, com formação para o trabalho aos cidadãos das classes trabalhadoras.
- (D) qualidade na educação pública, laica e com princípios científicos dispostos em seus currículos.
- (E) educação para o trabalho, pública e predominantemente de escolas técnicas para todos os cidadãos brasileiros.

61

O Plano Nacional de Educação 2011-2020 é composto de 20 metas. Abaixo, são reproduzidas algumas que se referem à educação básica.

- I. Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de Educação Infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.
- II. Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.
- III. Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os sete anos de idade.
- IV. Meta 6: Oferecer Educação em tempo integral em 100% das escolas públicas municipais de Educação Básica.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas II, III e IV forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

62

A noção de conhecimento prático na profissão docente vem influenciando os programas de formação de professores nos últimos 20 anos. Para tal, conceitos como professor investigador, professor reflexivo (Reflective Practitioner; Schön) têm sido estudados e contribuído para as ações de formação, tanto a inicial, como a continuada dos profissionais da educação. A perspectiva de reflexão na ação define um processo mediante o qual, os professores:

- (A) refletem suas atividades docentes a partir de modelos auto-explicativos.
- (B) pensam e atuam na sala de aula seguindo o método da dialética.
- (C) aprendem a partir da análise e interpretação de sua própria realidade.
- (D) dialogam com os estudantes de forma compreensiva e reflexiva.
- (E) Dominam habilidades metacognitivas e analíticas.

63

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) compõe-se de dois processos de avaliação distintos. A correspondência correta entre os dois processos e seus relativos exames está expressa no binômio:

- (A) 1. Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e o Saeb que é sistêmico e aplicado de forma aleatória aos estudantes; 2. a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) mais extensa e detalhada e a Prova Brasil que é censitária com foco em cada unidade escolar.
- (B) 1. Sistema Nacional de avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Provinha Brasil que é sistêmica aplicada aos estudantes do primeiro ano do ensino fundamental; 2. a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) mais extensa e detalhada e a Prova Brasil que é censitária com foco em cada unidade escolar.
- (C) 1. Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Prova Brasil que é sistêmica e aplicado de forma aleatória aos estudantes; 2. a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) mais extensa e detalhada e o SAEB que é censitário com foco em cada unidade escolar.
- (D) 1. Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e o ENEM que é sistêmico e aplicado de forma aleatória aos estudantes do ensino médio; 2. a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) mais extensa e detalhada e a Provinha Brasil que é censitária com foco na alfabetização.
- (E) 1. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil aplicada de forma aleatória aos estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental; 2. Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) mais extensa e detalhada e SAEB, que é censitário com foco em cada rede municipal de ensino público.

64

A noção de medida de resultado é ampliada para uma perspectiva de avaliação. Na afirmação acima há uma crítica implícita relativa à ideia de que:

- (A) Avaliação e medida de resultado são aspectos distintos.
- (B) Medida de resultado pode ser compreendida como medida de desempenho.
- (C) Avaliação é o mesmo que medida de resultado.
- (D) Avaliação de desempenho é um processo que envolve a medição.
- (E) Testes de larga escala não tomam o lugar das avaliações.

65

Nas últimas décadas, cada vez mais tem ficado evidente a necessidade de que as instituições de educação infantil cumpram, de maneira integrada as funções de educar e cuidar. Várias ações do ponto de vista político-educacional foram sendo executadas a partir de muitas conquistas de entidades civis organizadas em defesa da educação infantil. As novas funções para a educação infantil estão associadas a concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma.

A preocupação com a integração entre o cuidar e o educar no cotidiano das creches e escolas de educação infantil é explicada a partir da:

- (A) Inserção da criança de zero a três anos no segmento da educação infantil, modalidade creche.
- (B) Ideia de educação infantil como Jardim de Infância e crianças como flores que devem ser cuidadas/regadas.
- (C) Preservação da identidade das crianças, que devem ser compreendidas como seres produtores de cultura.
- (D) Trajetória histórica do atendimento às crianças, marcada por um lado assistencialista ou por outro cognitivista.
- (E) Concepção de que a instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a freqüentam, indiscriminadamente.

66

A educação a distância (EAD), tendo a Internet como ferramenta de aprendizagem, pode ser desenvolvida de forma assíncrona.

PORQUE

os estudantes e professores estarão em contexto de aula no mesmo horário, podendo estar cada um em localização diferente.

A respeito do enunciado acima é correto afirmar que

- (A) ambas as afirmativas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (B) a primeira afirmativa é verdadeira, e a segunda é falsa.
- (C) a primeira afirmativa é falsa, e a segunda é verdadeira.
- (D) ambas as afirmativas são falsas.
- (E) ambas as afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

67

A LDB, ao localizar que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica (art. 35), define esta etapa como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral. Trata-se de reconhecê-lo como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (art. 22).

Entretanto, se a LDB avançou no sentido de garantir o ensino médio como um direito e dever do estado, por outro provocou uma cisão entre o ensino médio de caráter acadêmico e o profissionalizante

PORQUE

a compreensão da lei ficou em torno do caráter de formação geral e cidadã conferido à educação básica.

A respeito do enunciado acima é correto afirmar que

- (A) ambas as afirmativas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (B) a primeira afirmativa é verdadeira, e a segunda é falsa.
- (C) a primeira afirmativa é falsa, e a segunda é verdadeira.
- (D) ambas as afirmativas são falsas.
- (E) ambas as afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

68

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.

Para dar concretude à política, O MEC promoveu diversas ações, excetuando:

- (A) A formulação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em 2001;
- (B) A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 com o fim de garantir que as pessoas com deficiência tenham os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas;
- (C) A Lei nº 10.436/02 que determina a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia;
- (D) A Portaria nº 2.678/02 do MEC que aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino;
- (E) O Programa Escola de Gestores com vistas a promover um amplo processo de formação de gestores para a garantia do direito à oferta do atendimento educacional especializado.

69

O documento Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil/MEC propõe o PROGRAMA Ensino Médio Nacional, que tem como objetivos:

- I. Criar a rede nacional de escolas públicas de ensino médio com coordenação nacional da SEB/MEC e SETEC/MEC.
- II. Expandir novas matrículas do ensino médio em regime de colaboração entre a união, estados e municípios.
- III. Criar Escolas Públicas de Ensino profissionalizante.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

70

De imposição colonial a direito conquistado, a educação indígena passou por transformações significativas ao longo dos últimos anos. Pesquisas mostram que diferentes ações têm concorrido para que os estudantes indígenas sejam valorizados e respeitados em suas respectivas culturas. Uma ação importante diz respeito à atuação docente. Hoje, entende-se que:

- (A) os processos escolares devem ser conduzidos pelos próprios índios, membros das respectivas comunidades onde a escola esteja inserida.
- (B) os programas de formação dos professores indígenas devem ser direcionados para a aceitação das diferenças.
- (C) deve existir um currículo nacional para a formação dos professores que desejarem trabalhar em aldeias indígenas.
- (D) os professores indígenas devem recusar o ensino bilíngüe uma vez que a aprendizagem da Língua Portuguesa é prioridade.
- (E) é importante a utilização de materiais didáticos que insiram o contexto cultural indígena no contexto ocidental.

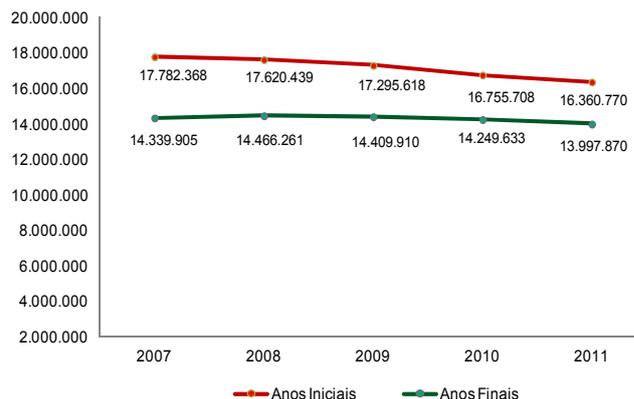
71

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de jovens e adultos apresenta três funções: qualificadora, reparadora e equalizadora. A função qualificadora tem um caráter de educação permanente. Essa função pode se expressar pela ideia de:

- (A) restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, aberta a todos, em todas as idades.
- (B) igualdade de oportunidades que possibilitará aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho.
- (C) potencialização de desenvolvimento e de atualização em quadros escolares ou não-escolares.
- (D) reafirmação da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano ter acesso à educação escolar.
- (E) transitoriedade, cujo potencial está justamente posto pelo contexto atual de flexibilidade em que estão inseridos os jovens e adultos.

72

Ensino Regular - Evolução do Número de Matrículas no Ensino Fundamental Brasil 2007 - 2011



Fonte: MEC/INEP/DEED; IBGE/PNAD 1007-2009 e Censo Demográfico 2010.

O gráfico acima demonstra uma queda no número de matrículas no ensino fundamental nos últimos cinco anos. Esse fato encontra explicação:

- (A) no crescimento da oferta de escolas de ensino profissionalizante no país em concorrência com o ensino regular.
- (B) no fato da população brasileira estar cada vez mais optando pelo mercado de trabalho e deslegitimando a educação regular.
- (C) no aligeiramento dos processos de avaliação da aprendizagem a partir de programas de aceleração das aprendizagens.
- (D) na crescente adoção de políticas de correção do fluxo escolar, fazendo com que os índices de reprovação caíam.
- (E) na implantação de sistemas de progressão continuada que deixam fora da estatística, os estudantes das turmas de progressão

73

Não mais se marca a criança com o ferrete da reprovação, em nenhuma fase do curso. Terminado este, é ela classificada para o gênero de atividade a que se tenha mostrado mais propensa. Sobre racional, a reforma seria econômica e prática, evitando os ônus da repetência e os males da evasão escolar. (Juscelino Kubitschek, 1957)

O discurso do então presidente da república, realizado ao final de 1956, para uma turma de professoras primárias formandas em Belo Horizonte, ilustra uma época da educação escolar brasileira na qual para a melhoria do fluxo escolar e combate à evasão e repetência, defendia-se a implantação da(s):

- (A) Progressão continuada para as classes da 1ª série.
- (B) Promoção automática nas redes de ensino público.
- (C) Aceleração da aprendizagem para os alunos repetentes.
- (D) Classes de AE nas escolas federais de ensino primário.
- (E) Escolas organizadas em ciclos nas redes públicas de ensino.

74

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) teve 26 signatários que não constituíam um grupo homogêneo do ponto de vista teórico-epistemológico, nem ideológico, mas concordavam do ponto de vista político com a perspectiva de reformar a educação brasileira. A assinatura do Manifesto foi um momento de compromisso dos Pioneiros. Na verdade, o que estava em jogo, era a construção de uma educação nacional cuja disputa política se dava entre dois grupos. O Manifesto dos Pioneiros trazia um plano de reconstrução educacional estruturado a partir de quatro princípios gerais. São eles:

- (A) 1. educação gratuita sob a responsabilidade do estado e da igreja católica; 2. Base iluminista; 3. ensino generalista; 4. métodos ativos.
- (B) 1. educação articulada com o meio social; 2. pública e gratuita; 3. Base humanista; 4. com orientações cristãs, respeitando todos os credos e religiões.
- (C) 1. sistema único de educação pública; 2. base tecnicista e moderna; 3. métodos ativos ; 4. meninos e meninas com tratamentos pedagógicos diferenciados.
- (D) 1. educação pública sob a responsabilidade do estado; 2. base científica; 3. Laicização do ensino; 4. coeducação, ou seja, um ensino idêntico para meninos e meninas.
- (E) ensino nacional de base católica-cristã; 2. inspiração enciclopedista; 3. ênfase do interesse da criança; 4. Meninos e meninas com tratamentos pedagógicos iguais.

75

O governo federal, com o objetivo de ampliar a oferta, o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior, mantém um conjunto de programas articulados, exceto:

- (A) O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior, dobrando o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos. Esse programa faz parte de um conjunto de outras ações tais como:
- (B) O Programa Universidade para todos (PROUNI) que tem por finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais a estudantes em cursos de graduação e em cursos seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.
- (C) O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que destina-se a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação. O estudante deve estar regularmente matriculado em instituições de ensino não-gratuitas com avaliação positiva no ENADE.
- (D) O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que tem por finalidade apoiar a permanência de estudantes da baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial e a distância das instituições públicas federais, estaduais e municipais de ensino.
- (E) O Programa de Educação Tutorial (PET) que foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. O PET propicia a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante por meio de acompanhamento de um professor tutor. Ambos recebem apoio financeiro.

76

O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei9394/96) e suas alterações, no Art. 10. sobre a Organização da Educação Nacional, diz que os Estados devem se incumbir de:

- (A) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
- (B) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio-
- (C) Oferecer, com prioridade, o ensino fundamental, e o ensino médio sempre que a União não assim o fizer.
- (D) estabelecer, em colaboração com a União, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para o ensino médio.
- (E) definir, com a União, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades.

77

Ainda hoje, cerca de 250 milhões de crianças no mundo trabalham. Em determinadas zonas geográficas e países, a escola não é uma realidade, e uma infinidade de crianças são jogadas na rua, exploradas no trabalho, na mendicância e na prostituição. Em algumas épocas do ano, ausentam-se das aulas para executar tarefas na agricultura ou para viajar acompanhando seus pais em busca de trabalho. Quando estão cursando a escola, uma vez fora dela, dedicam-se a ajudar seus pais em trabalhos diversos, em uma simultaneidade dessas tarefas com o estudo ao longo do dia. Uma simultaneidade que afeta, desigualmente, homens e mulheres, diferentes classes sociais, na medida em que a escola, em muitos casos, propõe com demasiada frequência, tarefas domiciliares para o tempo extra-escolar que, nem sempre, nem para todos, é tempo de lazer e de ócio. O desafio da igualdade enfrentado pela educação obrigatória prolonga-se, assim, para as condições nas quais a escolarização acontece para diferentes sujeitos e grupos sociais. (SACRISTÁN, 2001)

De acordo com a perspectiva sociológica apresentada pelo autor, é correto afirmar que:

- (A) A educação escolar é marcada pelo contexto cultural dos alunos, especialmente daqueles que provém das classes mais populares.
- (B) Os processos de escolarização perpassam os processos de desenvolvimento social de acordo com a região geográfica no qual se realizam.
- (C) A educação escolar obrigatória não pode ser compreendida fora do contexto sócio-econômico no qual se concretiza e é proposta.
- (D) A simultaneidade da educação escolar com o trabalho das crianças, independente da classe social a que pertencem, interfere na aprendizagem.
- (E) A igualdade de condições na escola obrigatória independe das condições sócio-históricas e educacionais, pois ainda não está equacionada em diferentes países e regiões.

78

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder.

Do ponto de vista legal, a relação que pode ser estabelecida entre educação e diversidade vem expressa no artigo 26, da LDB 9394/96, que os sistemas de ensino terão liberdade de organização curricular, desde que eles se orientem a partir de um eixo central por ela colocado: os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base comum nacional que será complementada, em cada sistema de ensino, e em cada escola, por uma parte diversificada.

De acordo com o texto legal, essa parte diversifica destinada aos sistemas de ensino e à escola, assim se faz porque:

- I. as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade devem ser respeitadas e consideradas.
- II. a cultura, os costumes, as artes, a corporeidade, a sexualidade são partes que diversificam o currículo.
- III. as características regionais e locais devem ser o núcleo do currículo.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

79

As escolas do campo são aquelas que têm sua sede no espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural, assim como as identificadas com o campo, mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas. Essas últimas são assim consideradas porque atendem a populações de municípios cuja produção econômica, social e cultural está majoritariamente vinculada ao campo. As escolas são marcadas por uma realidade distinta. As classes são multisseriadas, os professores, muitas vezes, são leigos e, muitas escolas contam apenas com um docente que desempenha funções administrativas e pedagógicas ao mesmo tempo.

Os métodos didático-pedagógicos são um desafio diante dessa realidade tão complexa. A proposta pedagógica, denominada Pedagogia da Alternância tem sido estudada por grandes educadores brasileiros e é apontada pelos movimentos sociais como uma das alternativas promissoras para uma Educação do Campo com qualidade.

A Pedagogia da Alternância propõe:

- (A) associar aprendizado técnico com o conhecimento crítico do cotidiano comunitário, a partir da divisão sistemática do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente familiar.
- (B) conjugar as tarefas de casa e da escola de forma que os estudantes não precisem sair da escola para fazer o trabalho com as famílias no campo.
- (C) flexibilizar os conteúdos do currículo de forma que fiquem mais adequados à realidade dos alunos do meio rural.
- (D) alternar os espaços em que os processos de escolarização ocorrem, ou seja, aulas práticas, no campo, e teóricas na escola.
- (E) ambientar os estudantes do meio rural com a vida urbana e os alunos da cidade com a vida no campo, alternando portanto, aulas no campo e na cidade mais próxima, entre os grupos de estudantes.

80

A educação de tempo integral tem sido um compromisso de diversos municípios brasileiros.

Isso tem sido possível desde a criação do FUNDEB que associa recursos financeiros à educação em tempo integral. Com isso, diversas instâncias subnacionais, especialmente aquelas com baixos níveis de arrecadação de impostos e que, como tal, contam com pequeno volume orçamentário, têm implementado experiências de ampliação da jornada escolar.

TABELA
Tempo em meses das experiências de jornada escolar ampliada, segundo a região geográfica – 2008

Tempo (meses)	Regiões					Total	
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nº	%
Até 12	8	89	17	145	53	312	39,0
De 13 a 24	2	28	10	74	12	126	15,8
De 25 a 36	2	15	1	54	26	98	12,2
De 37 a 48	1	16	2	24	15	58	7,2
De 49 a 60	-	6	1	11	15	33	4,1
De 61 a 120	-	28	5	37	34	104	13,0
De 121 a 180	-	2	-	15	9	26	3,2
De 181 a 240	-	3	1	7	3	14	1,8
De 241 em diante	-	-	-	2	1	3	0,4
Não resposta	3	16	7	-	-	26	3,2
Total	16	203	44	369	168	800	100,0

Fonte: MEC/SECAD/2009

A leitura da tabela acima demonstra que 39% das experiências foram implantadas há 12 meses, a contar da data de recolhimento dos dados. Isso pode ser atribuído ao:

- (A) Índice de Efeito Escola (IEE), calculado a partir do tempo da jornada escolar.
- (B) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) vinculado ao PAR – Plano de Ações Articuladas.
- (C) Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007.
- (D) Programa Brasil Alfabetizado estabelecido pela RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 32 DE 1º DE JULHO DE 2011.
- (E) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e rede.

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Educação do Tipo 1 (Branco – 14M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova **não será permitido:**
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
- O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
- Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo ou Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: ERRAD@) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
- O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.